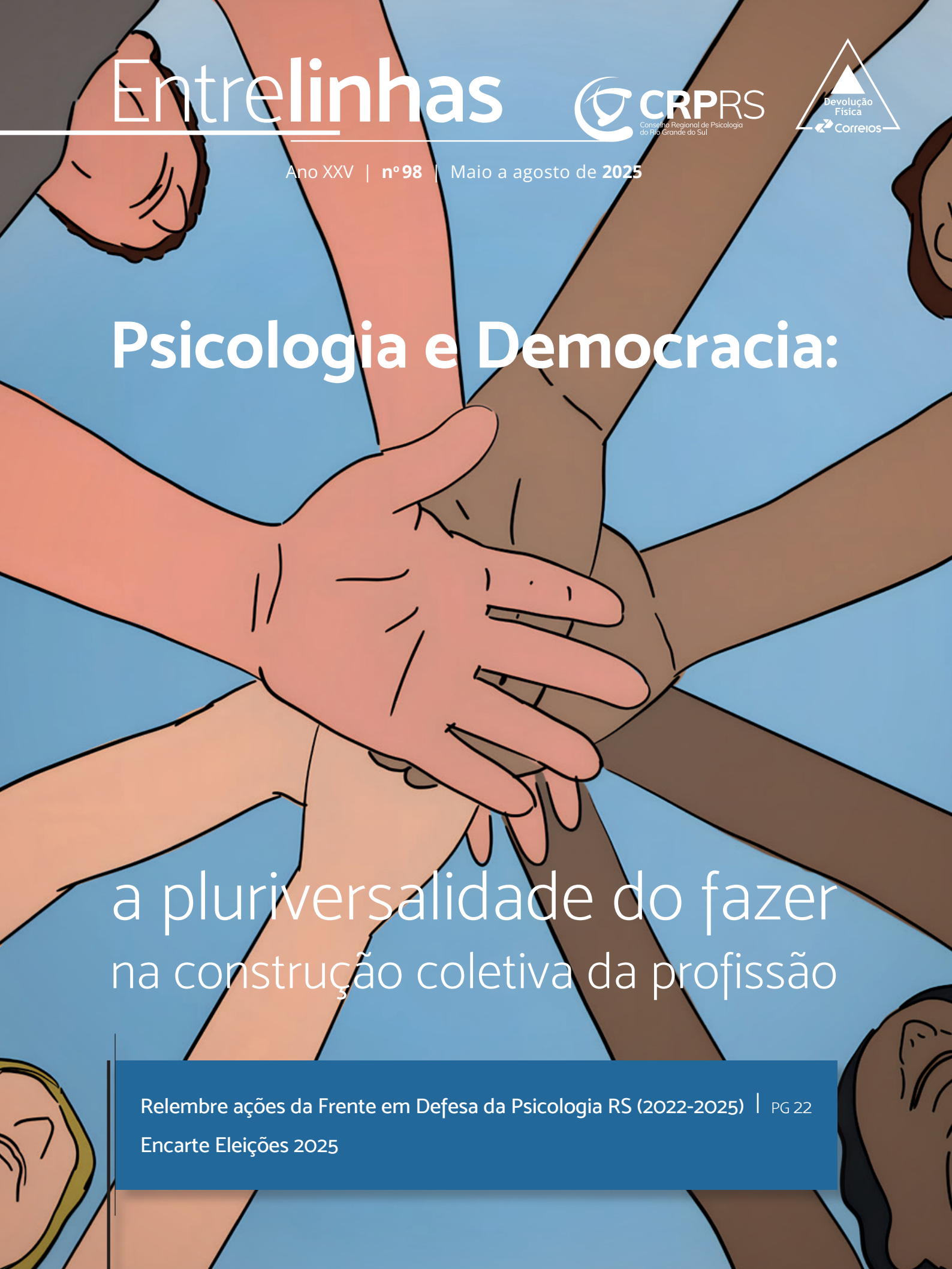
Entrelinhas

CRPRS
Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul

Devolução Física Correios

Ano XXV | nº 98 | Maio a agosto de 2025



Psicologia e Democracia:

a pluriversalidade do fazer na construção coletiva da profissão

Relembre ações da Frente em Defesa da Psicologia RS (2022-2025) | PG 22

Encarte Eleições 2025

Ações afirmativas como compromisso com a transformação

A atual gestão do CRPRS (2022-2025) nasceu do compromisso do Sistema Conselhos de Psicologia com as ações afirmativas, não como marca simbólica, mas como aposta ética e política na construção de um Conselho efetivamente plural, descentralizado e comprometido com os direitos humanos. Desde o início, afirmamos que a representatividade não bastava, pois seria preciso compor espaço com a pluriversidade e, mais do que isso, redesenhar estruturas para que os saberes, corpos e territórios historicamente alijados desses processos, ocupassem lugar de decisão, formulação e ação.

Nosso percurso foi tecido por expressões dissidentes, trajetórias plurais e modos diversos de construir a Psicologia. Aprendemos que sustentar uma gestão afirmativa exige disposição para escutar e acolher o desconforto, revisar práticas e tensionar modos cristalizados de funcionamento institucional. Não foi - e não é - um caminho fácil ou linear, mas foi um caminho coletivo, enraizado na aposta de que é possível fazer política com cuidado, coragem e compromisso.

Transformar o Conselho foi também transformar a nós mesmas. Assumimos que as ações afirmativas não são concessão, mas parte de um projeto radical de democratização: trazer para o centro os saberes indígenas, negros, trans, periféricos, deficientes, neurodivergentes e tantos outros que, historicamente, sustentam a vida, mas são silenciados pelas lógicas hegemônicas.

Assumimos as ações afirmativas como prática política e ética, reconfigurando estruturas e escutando saberes plurais. Uma gestão plural não é símbolo: é enfrentamento, cuidado e transformação. O que deixamos como legado é menos um modelo e mais uma convocação para que cada gestão futura se permita ser atravessada pela pluralidade da categoria, da sociedade e pelo desejo profundo de sustentar e promover a vida em toda a sua complexidade. É um início cheio de contradições, mas muito potente. Que esse legado siga pulsando e se expandindo.

Comissão Editorial

Expediente

Publicação do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul

Comissão editorial: Eliana Sardi Bortolon, Maria Luiza Diello, Mayra Medeiros Osório, Oliv Caldieraro de Souza e Silvana Maia Borges

Coordenador de comunicação: Tomas Edson Silveira (MTb 16.333)

Jornalista responsável: Aline Victorino (MTb 11.602)

Projeto gráfico: Moglia Comunicação Empresarial

Edição digital e editoração eletrônica: Luzz Design

Ilustrações: Jean Magnus - Olharte

Impressão: Escala Indústria Gráfica

Tiragem: 3200 exemplares
Distribuição gratuita

crprs.org.br
x.com/crprs
facebook.com/conselhopsicologiars
youtube.com/crprs
@conselhopsicologiars

Comentários e sugestões:
imprensa@crprs.org.br

Sumário

Relato de experiência 4
Um incentivo à produção de conhecimento

Reportagem especial 6
Psicologia e Democracia: a pluriversalidade do fazer na construção coletiva da profissão

Observatório de Direitos Humanos 11
Violência contra mulheres

Fique atenta/o 12

CREPOP 13
O cuidado em liberdade na RAPS

Reflexões 14
Com voz mas sem voto: os ecos da participação estudantil no 12º Congresso Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul

Psicologia e pesquisa 16
Universidade e CRPRS contribuindo na construção de uma identidade para a Psicologia na e com a escola

Dicas culturais 18

Orientação técnica 20
Novas Diretrizes do CRPRS para Avaliação Psicológica na Educação Básica

Transparência 22

Agenda da Psicologia 23















Relato de experiência

Um incentivo à produção de conhecimento

Caroline Daronco Campos Romero Sanches | CRP 07/20076

Psicóloga clínica, doutoranda em Atenção Integral à Saúde (Unijui), mestra em Psicologia (Atitus Educação), especialista em Neuropsicologia e em Artes (UFPEL) e Gestão Educacional: Supervisão e Orientação (UERGS). É coordenadora do Polo Cruz Alta do CRPRS.



Sou Caroline, psicóloga há 19 anos, e confesso: já vivi muitos momentos bonitos nessa trajetória, mas dou meus louros a duas premiações que recebi do Sistema Conselhos de Psicologia. O primeiro reconhecimento veio do Conselho Regional, e o segundo, do Conselho Federal. A primeira vez, fui selecionada para integrar a coletânea "Gestos, Memórias e Narrativas da Escuta Clínica Permeada pela Tecnologia da Informação e da Comunicação". Posteriormente, recebi a notícia de que outro trabalho que escrevi havia conquistado o 1º lugar na II edição do Prêmio Profissional Sylvia Leser de Mello: Práticas Inovadoras no Exercício da Psicologia, promovido pelo CFP.

Meu trabalho, intitulado "Habilidades do século XXI em estudantes de um curso de formação em programação de computadores", foi reconhecido na categoria "Experiências ou produtos derivados de trabalhos realizados em cursos de especialização ou de mestrado". Produzi esse artigo com base na minha vivência acadêmica e profissional, buscando uma escrita que conectasse ciência e realidade. E ver essa produção reconhecida pelo CFP foi como receber um afago profissional, daqueles que dizem: "Continue. O que você faz importa."

Naqueles momentos, não recebi apenas a menção — recebi um sinal potente de que minha trajetória, minha escrita, minha escuta e minha prática estavam sendo vistas e reconhecidas por

uma instância que representa a própria profissão. E, mais que isso, era a confirmação de que a produção de conhecimento feita por nós, psicólogas/os da base, em contextos reais e muitas vezes adversos, tem valor, tem potência e precisa circular.

Esse tipo de reconhecimento tem um valor imenso — pessoal e coletivo. Pessoal, porque muitas vezes escrevemos sozinhas, entre atendimentos e compromissos, sem saber se alguém vai ler. Coletivo, porque quando o Sistema Conselhos incentiva a produção de conhecimento, não apenas valoriza uma prática: ele fortalece toda a categoria, amplia possibilidades de expressão, legitima saberes e convida outras/os profissionais a também sistematizarem suas experiências e contribuírem para o avanço da Psicologia.



O incentivo à produção de conhecimento é mais do que um gesto de valorização, é um movimento político, ético e afetivo. Quando o Conselho reconhece nossas produções, ele está dizendo que nossas experiências importam — que aquilo que escrevemos entre uma escuta clínica e outra, entre uma aula e uma supervisão, tem potência de transformação. Incentivar a escrita é também promover saúde mental, é abrir caminho para que mais psicólogas se reconheçam como autoras de saberes legítimos, que emergem da prática cotidiana. A premiação, nesse sentido, não é apenas um reconhecimento — é um convite para que mais psicólogas/os ocupem espaços, participem, opinem, proponham e transformem. É a concretização da ideia de uma Psicologia construída de forma democrática, ética e representativa.

Tenho tanta felicidade em falar sobre a importância desses espaços que fomentam e reconhecem a produção técnica e científica da categoria, que guardo essas experiências entre minhas memórias mais significativas de vida. A Psicologia precisa de mais políticas e iniciativas institucionais que fomentem, valorizem e reconheçam o que é produzido no campo, todos os dias, por profissionais que enfrentam desafios complexos e criam soluções éticas e criativas.

Escrever é também uma forma de resistir, reinventar caminhos e projetar futuros possíveis. Que o estímulo à produção de saberes permaneça como esse farol que ilumina trajetórias e fortalece a identidade da nossa profissão. Que continue sendo um território de expressão, reconhecimento e pertencimento. E que cada psicóloga/o reconhecida/o inspire outras/os tantas/os a compartilharem suas experiências, saberes e práticas — porque construir conhecimento é, acima de tudo, um gesto de cuidado consigo mesma/o, com o outro e com o legado que deixamos na Psicologia.

Reportagem especial

Psicologia e Democracia: a pluriversalidade do fazer na construção coletiva da profissão

Em um sistema democrático, é fundamental a participação das pessoas nas discussões sobre temas de interesse público para garantir a legitimidade e o bom funcionamento desse modo de organização política. Ao garantir espaços para expressão das/os cidadãs/ãos, busca-se que as políticas públicas e as leis reflitam, de fato, os interesses e as necessidades da sociedade.

Seguindo esse mesmo conceito, a participação ativa da categoria na definição de prioridades para a profissão é o objetivo principal do Congresso Nacional de Psicologia (CNP), instância máxima de deliberação do Sistema Conselhos de Psicologia. Mais do que um encontro pontual, o CNP representa um longo percurso de construção coletiva que começa muito antes da etapa nacional, envolvendo eventos preparatórios, pré-congressos (Pré-Corepsi) e congressos regionais (Corepsi). Nesses espaços, as/os profissionais podem apresentar, debater e aprovar propostas que orientam a atuação dos Conselhos Regionais (CRPs) e do Conselho Federal de Psicologia (CFP) no triênio seguinte.

Com o tema "Psicologia e Democracia: a pluriversalidade do nosso fazer", o 12º Congresso Nacional da Psicologia, realizado em julho de 2025, simboliza a força da participação democrática da profissão, garantindo que a Psicologia continue avançando na sua missão social e ética, sempre atenta às demandas da sociedade e aos desafios contemporâneos. "É a oportunidade que temos de dialogar com representantes de todas as regiões do Brasil, nos adaptar às diversas realidades brasileiras. Ou seja, é o Sistema Conselhos de Psicologia ouvindo quem está na ponta e entendendo a amplitude da nossa profissão", afirma **Rodrigo Acioli Moura** (CRP 05/33761), presidente da Comissão Organizadora Nacional (Comorg) do 12º CNP.

Para que essa dimensão seja alcançada, é imprescindível a participação da categoria em todas as etapas, iniciando pelos eventos preparatórios, que podem acontecer em localidades onde os Conselhos Federal e Regionais não estão fisicamente presentes. "É a oportunidade de as/os psicólogas/os de todas as regiões do país terem expressão, compartilharem suas histórias e experiências. Afinal, na hora de construir deliberações a gente não pode construir pensando apenas na nossa própria realidade, precisamos conhecer outras para que decisões, orientações e regulamentações sejam coerentes e respeitem todas as realidades que nos abraçam", pondera Rodrigo.



O compromisso da Psicologia com a democracia e a luta pela garantia de direitos também é ressaltado por Rodrigo Acioli Moura. “Devemos lembrar que nosso Código de Ética tem como base a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Federal. Dessa forma, é nossa função levar em conta todas essas perspectivas, tentando garantir sempre o acesso a direitos. Quando falamos de saúde, saúde mental, cuidado do próximo, isso inclui necessidades sociais e econômicas também. A Psicologia vem trabalhando, nos últimos tempos, para levar essa conscientização, para que as pessoas continuem lutando pela garantia de seus direitos, isso também é saúde.”

Para a conselheira do CRPRS Eliana Sardi Bortolon (CRP 07/10559), presidenta da Comissão Organizadora Regional, congressos e processos democráticos estão intrinsecamente ligados, funcionando como espaços de debate e reflexão essenciais para a consolidação e fortalecimento da democracia. “Os congressos oferecem um palco para discutir temas relevantes, trocar conhecimentos, construir redes de colaboração e, consequentemente, influenciar a agenda pública e o desenvolvimento de políticas. Acompanhando as comissões organizadoras do 11º e 12º CNP, pude contribuir com as propostas para facilitar a participação democrática de toda a categoria e dos estudantes de

Psicologia. Sugerimos temas e eixos que contemplem as demandas que chegam ao Conselho, sempre em sintonia com o compromisso da Psicologia, com os direitos humanos e com a democracia brasileira. Além disso, ampliamos as reservas de vagas, pensamos em um calendário que oportunizasse tempo para a mobilização de coletivos, além de garantir acessibilidade em todas as etapas. Quando falamos em estado democrático de direito, nos referimos às políticas públicas existentes no Brasil desde a Constituição Federal de 1988, que garantem direitos humanos básicos a toda a população. Essas políticas públicas sustentam a democracia brasileira e é por meio delas que enfrentamos as desigualdades existentes em nossos territórios. Defender o Estado democrático de direito é defender os direitos humanos e, consequentemente, firmar o compromisso social da nossa profissão. A Psicologia também tem um vasto campo de trabalho, de empregabilidade, a partir das existências das políticas públicas. Portanto, defender as políticas públicas, é defender a Psicologia."

Eliana, que acompanha as discussões do Sistema Conselhos de Psicologia desde a graduação, reforça a importância do engajamento da categoria nesses processos. "Tradicionalmente, somos uma profissão de caráter individual, nos acostumamos a trabalhar sozinhas/os, em nossos consultórios. Com a ampliação das possibilidades de trabalho, também aprendemos a compor as equipes multiprofissionais e, com isso, começamos a ser coletivos. Esse contexto também nos ensina sobre a importância das decisões coletivas. Nossas demandas só estarão em pauta se estivermos presentes. É interessante acompanhar a pauta que apresentamos ser apoiada por mais colegas, ganhar corpo e representação. Vejo mais queixas do que, efetivamente, disponibilidade para ajudar a construir, acredito que pelo fato de exigir um desprendimento para uma construção coletiva. Para estar em uma reunião, uma assembleia, um congresso, preciso abrir mão de algo pessoal. Além disso, é preciso compor, pactuar, argumentar. Ideias precisam ser defendidas, sustentadas, justificadas", avalia.

A psicóloga **Maynar Vorga** (CRP07/18812), delegada do 12º COREPSI, participou do CNP e suas etapas preparatórias em 2019 e 2022, com foco na atuação profissional e nas relações da Psicologia com a sociedade, principalmente no que tange ao ambiente prisional, onde se concentram todas as formas de segregação. "Os congressos se constituem como os momentos mais democráticos e horizontais do Sistema Conselhos de Psicologia. Com frequência, escuto profissionais queixando-se de que o Sistema Conselhos não contempla as suas pautas, mas, ao mesmo tempo, não participam dos Congressos, onde podem apresentá-las, defendê-las e, inclusive, aprimorá-las nas discussões entre pares. No meu caso coletivo, a prisão é uma instituição criada para que não se conheça o que



acontece dentro dos seus estabelecimentos. Junto com as sistemáticas violações de direitos que ocorrem na seara penal, o desconhecimento generalizado sobre o *fazer psi* no espaço prisional torna imprescindível que as pautas sobre o atendimento às pessoas privadas de liberdade e/ou cumprindo penas alternativas sejam apresentadas, defendidas, aprimoradas e representadas pelas/os psicólogas/os que trabalham com elas."

Sobre a temática do 12º CNP, ela reforça: "A Psicologia precisa se posicionar em defesa das políticas públicas e do acesso igualitário e pluriversal aos meios de vida e de poder decisório das humanidades, sobretudo daquelas mais vulnerabilizadas e historicamente tratadas como perigosas".

Já o psicólogo **Henrique Borba Bittencourt** (CRP 07/33784), que participou de dois congressos regionais e seis pré-congressos, avalia a experiência como importante para reafirmar a relevância desses espaços como instâncias fundamentais do processo democrático dentro da Psicologia. "Cada encontro representa uma oportunidade singular de diálogo entre profissionais com distintas percepções de mundo e formas de atuação nas diversas áreas da prática psicológica, o que enriquece profundamente o debate sobre os rumos da nossa atuação enquanto ciência e profissão. Minha principal motivação para participar desses eventos é a possibilidade de contribuir ativamente na construção das diretrizes que orientarão as ações dos Conselhos Regionais e do Federal nos próximos anos. Congressos e Pré-Congressos são espaços vivos de escuta, deliberação e construção coletiva, nos quais as vozes das psicólogas/os se encontram, confrontam e complementam. É justamente nesses momentos que se torna possível edificar uma Psicologia mais democrática, plural e comprometida com os direitos humanos."

Para Henrique, a Psicologia tem papel decisivo na consolidação do Estado democrático de direito. "Essa contribuição se expressa tanto no cotidiano das práticas profissionais, ao promover escuta, acolhimento e transformação das condições de sofrimento, quanto na esfera política, ao denunciar desigualdades, lutar pela equidade e defender o acesso universal a direitos. Uma Psicologia comprometida com a democracia é aquela que não se cala diante das injustiças e que reconhece no diálogo e na diversidade os alicerces para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e livre."

A psicóloga **Fernanda Francisca da Silva Maria** (CRP 07/23382), delegada dos CNPs de 2016, 2022 e 2025, afirma que essas participações a ajudaram a perceber as possibilidades de construção política proporcionadas por esses espaços. "Não acredito na proposta de isenção que por vezes tentam apresentar como possível no fazer em Psicologia. Toda/o psicóloga/o é um retrato de seu tempo, sua educação, sua expressão no mundo e isso irá 'aparecer' na sua atuação. Me dei conta, com essas participações, que poderia levar minhas percepções e aprender com a percepção de outras vivências inimagináveis por mim, mas passíveis de construção. E decidi, ao perceber isso, que sempre que possível eu iria participar."

Para ela, estar no Congresso Nacional é um momento de contribuir e também de aprender. "É um encontro com quem, em outras realidades deste Brasil, também se preocupa em não deixar esmorecer o que precisa de atenção ao pensar na saúde mental. E levar o que preocupa, registrar o que tornará possível cobrar as próximas gestões no fazer de regulação e desenvolvimento da categoria. Acompanhei muitas coisas que foram pensadas e implementadas nesses anos. Sei que pude ajudar a fomentar diversas discussões, com ênfase na maior participação e manutenção de pessoas negras no Sistema Conselhos e na racialização de discussões do *fazer psi*. E aprendi e me somei em discussões para o combate ao capacitismo, etarismo, LGBTQIAPN+fobia e tantas outras demandas que garantem subsídios técnicos para a atuação psi tanto no âmbito local quanto nacional."

Fernanda conclui com um alerta: "*Não podemos ser ingênuas/os de pensar que direitos são garantias dadas e acabadas. Vivemos a era das notícias falsas, da Inteligência Artificial, dos cliques comprados e momentos como esses são primordiais para não nos distanciarmos do fazer em Psicologia baseado em construção coletiva, em escuta das/os profissionais e em defesa da democracia.*"

Confira a trajetória dos Congressos Nacionais da Psicologia:

1º CNP, em Campos do Jordão/SP, em 1994
Tema: Processo constituinte – repensando a Psicologia
Eixos:
- Entidades e organização política
- Exercício profissional
- Formação profissional

2º CNP, em Belo Horizonte/MG, em 1996
Tema: O psicólogo vai mostrar a sua cara
Eixos:
- Formação e exercício profissional
- Leis nº 4.119 e nº 5.766
- Eleições nacionais

3º CNP, em Florianópolis/SC, em 1998
Tema: Psicologia: interfaces – políticas públicas – globalização.
Eixos:
- Globalização
- Interfaces
- Políticas públicas

4º CNP, em Brasília/DF, em 2001
Tema: Qualidade, ética e cidadania nos serviços profissionais: construindo o compromisso social da Psicologia
Eixos:
- Profissão
- Direitos humanos
- Políticas públicas
- Conselhos de Psicologia
- Formação

5º CNP, em Brasília/DF, em 2004
Tema: Protagonismo social da Psicologia
Eixos:
- Políticas públicas
- Inclusão social e direitos humanos
- Exercício profissional

6º CNP, em Brasília, em 2007
Tema: Do discurso do compromisso social à produção de referências para a prática: construindo o projeto coletivo da profissão
Eixos:
- Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos
- Diálogos para a construção dos projetos coletivos da profissão
- Intervenção dos psicólogos nos sistemas institucionais

7º CNP, em Brasília/DF, em 2010
Tema: Psicologia e compromisso com a promoção de direitos: um projeto ético-político para a profissão.
Eixos:
- Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos
- Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional
- Diálogo com a sociedade e com o Estado

8º CNP, em Brasília/DF, em 2013
Tema: Psicologia, ética e cidadania: práticas profissionais a serviço da garantia de diretos
Eixos:
- Democratização do Sistema Conselhos e Ampliação das formas de interação com a categoria
- Contribuições éticas, políticas e técnicas nos processos de trabalho
- Ampliação da Participação da Psicologia e sociedade nas Políticas Públicas

9º CNP, em Brasília/DF, em 2016
Tema: Psicologia, no cotidiano, por uma sociedade mais democrática e igualitária
Eixos:
- Organização democrática do Sistema Conselhos e aperfeiçoamento das estratégias de diálogo com a categoria e sociedade
- Contribuições éticas, políticas e técnicas do processo democrático e de garantia de direitos
- Ampliação e qualificação do exercício profissional no Estado de garantia de direitos

10º CNP, em Brasília/DF, em 2019
Tema: O (im)pertinente compromisso social da Psicologia na resistência ao Estado de exceção e nas redes de relações políticas, econômicas, sociais e culturais
Eixos:
- Organização democrática e representativa do Sistema Conselhos
- O diálogo da Psicologia com a sociedade brasileira e suas relações com a democracia e direitos humanos
- Do Exercício Profissional

11ºCNP, em Brasília/DF, 2022
Tema: O Impacto Psicossocial da Pandemia: Desafios e Compromissos para a Psicologia Brasileira Frente às Desigualdades Sociais.
Eixos:
- Organização Democrática e Participativa do Sistema Conselhos no Enfrentamento da Pandemia.
- Defesa do Estado Democrático e dos Direitos Humanos via Políticas Públicas.
- O fazer ético e científico da Psicologia no trabalho em saúde mental.

12º CNP, em Brasília/DF, em 2025
Tema: Psicologia e democracia: a pluriversalidade do nosso fazer
Eixos:
- Sistema Conselhos de Psicologia: A organização democrática e a participação da categoria na consolidação de um sistema pluriverso e representativo;
- Interlocução com a sociedade: Articulações das Psicologias brasileiras para a efetivação do Estado Democrático de Direito na perspectiva da interseccionalidade, considerando as vulnerabilidades a partir dos diferentes marcadores sociais, tais como: questões étnico-raciais, socioeconômicas, culturais, geracionais, sexualidade e gênero e das pessoas com deficiência;
- Exercício Profissional: O trabalho das psicologias na consolidação da democracia com responsabilidade ética, técnica e política, a partir de uma perspectiva pluriversa.

Violência contra mulheres

Samantha Medeiros Ferreira | CRP 07/30137

A Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006) e a Lei do Feminicídio (Lei n.º 13.104/2015) são marcos legais importantes no reconhecimento da violência contra as mulheres como uma grave violação de Direitos Humanos e resultado da luta histórica dos movimentos feministas. Nesse sentido, a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em 2003 — atualmente denominada Secretaria da Mulher, conforme a Resolução nº 31/2013 — também constitui uma conquista dessa luta.

Em 2024, no Brasil, foram registrados 1.450 feminicídios. No Rio Grande do Sul, os dados revelam um recorte regional alarmante: 35 feminicídios consumados entre o início de 2025 e o dia 7 de junho. Esses números evidenciam a fragilidade das políticas públicas de enfrentamento à violência e o sucateamento da rede de proteção e acolhimento às mulheres no estado.

O feminicídio está longe de ser um ato isolado. É o desfecho extremo de um ciclo de violências sistemáticas. Vale ressaltar que o Rio Grande do Sul inaugurou sua Secretaria de Políticas para as Mulheres em 2011, mas a pasta foi extinta em 2015, configurando um cenário de menor autonomia administrativa e orçamentária para a criação, avaliação e execução de políticas públicas — além do enfraquecimento simbólico da prioridade dessa pauta no âmbito estadual.

O Sistema Conselhos de Psicologia, por meio do Conselho Federal de Psicologia e Conselhos Regionais, tem se posicionado com firmeza no enfrentamento à violência contra as mulheres, colocando-se lado a lado com a luta feminista pelo fim da violência e reafirmando o compromisso ético-político da Psicologia na defesa intransigente dos direitos humanos.



Recentemente, reafirmou esse compromisso por meio da publicação da Referência Técnica para Atuação de Psicólogas(os) no Atendimento às Mulheres em Situação de Violência. Além disso, outras referências complementam a discussão: Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas, Psicólogos e Psicólogues em Políticas Públicas para População LGBTQIA+ (2023); Relações Raciais: Referências Técnicas para a Atuação de psicólogas(os) (2017); edição revisada da Referência Técnica para Atuação de Psicólogas(os) no Sistema Prisional (2021); Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) em Políticas Públicas de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos. Destacamos, ainda, a publicação "Com você ando melhor: Psicologia e mulheres no enfrentamento à violência" (2022), coletânea organizada pela Comissão de Direitos Humanos do CRPRS.

Enfrentar os feminicídios exige mais do que boas intenções: requer, no mínimo, a conjugação de marcos políticos legais, vontade política, participação democrática e ativa de movimentos sociais e compromisso radical com a vida de todas as mulheres.

Fique atenta/o

NR-1

Entrou em vigor em 26/05/2025 a Norma Regulamentadora 1 (NR-1), instrumento que estabelece diretrizes de segurança e saúde física e mental no ambiente do trabalho, atualizada em 2024 pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Para o Sistema Conselhos de Psicologia, profissionais da Psicologia desempenham um papel indispensável no cuidado à saúde no trabalho. Além do atendimento clínico, sua atuação se estende à promoção de espaços mais saudáveis, à identificação precoce de sinais de sobrecarga emocional e à elaboração de programas que minimizam os riscos psicossociais. A atuação de psicólogas/os, fundamentada na ética e na responsabilidade, é vital para construir ambientes que favoreçam o bem-estar coletivo, contribuindo para a melhoria tanto da saúde dos indivíduos quanto dos processos organizacionais.

Recentemente, o Conselho Federal de Psicologia publicou versão comentada da **Resolução CFP nº 14/2023**, que trata sobre os riscos psicossociais nas relações de trabalho.
Acesse em **https://x.gd/NW2KE**.

Psicoterapia

O Conselho Federal de Psicologia enviou ao Senado Federal parecer para subsidiar a análise da Sugestão Legislativa (SUG) 01/2024, que propõe que a psicoterapia seja uma prática exclusiva de psicólogos e médicos psiquiatras. A SUG 01/2024 foi apresentada por meio do Portal e-Cidadania e recebeu número suficiente de apoios pela sociedade para que seja avaliada pelos parlamentares. Com isso, a proposta agora está na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para análise de mérito e, se aprovada, deverá ser protocolada como projeto de lei.

Confira Nota acerca de projeto de lei do Conselho Federal de Psicologia para regulamentação da psicoterapia em **https://x.gd/cYMbr**.

Avaliação Psicológica em **concursos públicos**

Publicada em maio, a **Resolução CFP nº 08/2025** regulamenta a avaliação psicológica no âmbito dos concursos públicos. A normativa – que busca garantir mais segurança para profissionais da Psicologia, candidatas/os e sociedade em geral – revoga a Resolução CFP 02/2016, que tratava da temática.

A nova Resolução pode ser acessada em **https://x.gd/U5Cm1**.

Psicologia se faz **com presença**

O curso superior de graduação em Psicologia deverá ser oferecido de forma exclusiva na modalidade de ensino presencial. A medida foi regulamentada em decreto que define a nova política de Ensino a Distância (EaD). O novo decreto revoga a Portaria do MEC de 2019, que permitia até 40% da carga horária de cursos presenciais em EaD, reduzindo esse limite para 30%.

Atendimento às **pessoas surdas**

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) lançou a **Resolução CFP nº 09/2025**, que orienta psicólogas e psicólogos de todo o país para o atendimento junto à comunidade surda. A normativa representa um importante avanço para a profissão na luta pela promoção dos direitos das pessoas surdas e pela construção de uma Psicologia cada vez mais acessível, inclusiva e comprometida com a equidade.

Acesse em **https://x.gd/t17Qm**.

Eleições online Conselhos de Psicologia 2025

Eleições CRPRS GESTÃO 2025-2028

Entre os dias **23** e **27/08/2025**, serão realizadas as Eleições para a escolha dos plenários dos Conselhos Regionais (CRPs) para o triênio **2025-2028** e a Consulta Nacional para o Conselho Federal de Psicologia (CFP).

Importante momento para a Psicologia brasileira, o processo eleitoral é conduzido com transparência e convoca toda a categoria a participar de forma ampla e democrática. Acesse **crprs.org.br/eleicoes** e saiba mais.

O voto é **secreto**, **pessoal**, **intransferível** e **obrigatório**, sendo facultativo apenas para psicólogas/os com 65 anos ou mais.

Para votar, acesse **eleicoespsicologia.org.br**

Saiba mais em **crprs.org.br/eleicoes**

DÚVIDAS?
Entre em contato com a Comissão Regional Eleitoral pelo e-mail **eleicoes@crprs.org.br.**

QUEM PODE VOTAR?

Psicólogas/os que estejam em dia com o pagamento da anuidade do CRPRS em relação aos exercícios anteriores. Regularize sua situação até 06/08/2025 enviando e-mail para **contato@crprs.org.br**.

O VOTO É OBRIGATÓRIO?

Sim. O voto é secreto, pessoal, intransferível e obrigatório e será dado à chapa completa, entre as inscritas e as habilitadas ao pleito.

COMO VOTAR?

A votação será on-line no site **eleicoespsicologia.org.br das 8h de 23/08/2025 às 17h de 27/08/2025**. No dia 27/08 haverá Pontos de Apoio à Votação em locais organizados pelo CRPRS. Acesse **crprs.org.br/eleicoes** para mais informações.

QUAIS SÃO AS CHAPAS HOMOLOGADAS PARA AS ELEIÇÕES DO CRPRS?

CHAPA 11 – Confluir Psi
CHAPA 12 – Avançar a Psicologia RS
CHAPA 13 – Psicologia em Movimento: Frente pela Pluriversalidade

QUAIS SÃO AS CHAPAS HOMOLOGADAS PARA A CONSULTA NACIONAL DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA?

CHAPA 21 – Psicologias em Confluência: construir equidade valorizando profissionais
CHAPA 22 – Frente em defesa da Psicologia Brasileira
CHAPA 23 – Avançar a Psicologia no Brasil
CHAPA 24 – Muda a Psicologia

ONDE POSSO CONSULTAR O NOME DAS PESSOAS INTEGRANTES DE CADA UMA DAS CHAPAS?

Nominatas e propostas das chapas podem ser acessadas em **crprs.org.br/eleicoes**.

PSICOLOGIA EM MOVIMENTO: FRENTE PELA PLURIVERSALIDADE

Somos a **Chapa 13 – Psicologia em Movimento: Frente pela Pluriversalidade**, composta por psicólogas, psicólogos e psicólogues de diferentes regiões do Rio Grande do Sul, com múltiplas histórias de vida, trajetórias de formação e campos de atuação. Nos movimentamos pelo compromisso com uma Psicologia viva, construída com e nos territórios, de maneira descentralizada, ética e comprometida com o cuidado coletivo, a transformação social e a promoção dos direitos humanos.

Nosso grupo atua em diferentes campos: saúde, educação, assistência social, justiça, socioeducação, psicoterapia, avaliação psicológica, segurança pública, social, pesquisa, formação, organizacional e gestão. Estamos unidas/os/es pelo propósito de **fortalecer a Psicologia** como ciência e profissão comprometida com a liberdade, a justiça social, os direitos humanos, a equidade, a democracia e a dignidade das pessoas. A Chapa 13 acredita na **valorização efetiva de profissionais da psicologia**, reconhecendo sua importância fundamental na promoção da saúde mental, na construção de uma sociedade mais justa e no enfrentamento às desigualdades. Defendemos condições dignas de trabalho, remuneração justa, ampliação de espaços de atuação e respeito à ética profissional. Nosso compromisso é com uma Psicologia forte, plural e comprometida com as demandas da categoria e da sociedade. Valorizar a categoria é fortalecer a profissão e garantir seu papel transformador na sociedade.

Nos posicionamos contra projetos que instrumentalizam a Psicologia para fins moralistas, tecnicistas, autoritários ou discriminatórios. Repudiamos propostas que esvaziam políticas públicas como o SUS, o SUAS e a educação pública, e que atentam contra a autonomia dos sujeitos, dos territórios e das práticas.

Não aceitamos uma Psicologia que reproduza desigualdades sociais, raciais, de gênero, geracionais ou territoriais. Defendemos uma Psicologia que reconhece e enfrenta os efeitos do racismo, xenofobia, intolerância religiosa, capacitismo, neurocapacitismo, sexismo, LGBTfobia, violência institucional, assédio moral e sexual, fome e colapso ecológico sobre a saúde mental.

Vivemos tempos marcados por múltiplos modos de precarização da vida. Diante disso, **afirmamos nosso compromisso com a sustentação da vida e com práticas profissionais ancoradas na escuta, na ética e na construção de vínculos**. Rejeitamos o pensamento único e propomos perspectivas plurais e ancestrais, que reconheçam outros modos de vida, de tempo e de mundo.

Nossa Psicologia caminha ao lado das lutas populares, dos movimentos sociais e das resistências que se fortalecem nas encruzilhadas, nos terreiros, aldeias, quilombos, favelas, universidades e nos serviços públicos. É uma Psicologia que escuta os silêncios, as memórias, os afetos, e se abre ao diálogo com saberes não hegemônicos. É uma psicologia que se faz pela e com a categoria, de forma descentralizada, plural e intensa.

Junto com a Frente Nacional em Defesa da Psicologia, reafirmamos nossas conquistas e assumimos o compromisso com sua defesa, ampliação e reinvenção. **Estamos em movimento, por uma Psicologia plural, ética e solidária**, que responda às urgências do nosso tempo e cultive mundos possíveis, e que defenda e apoie a categoria em todas as suas pautas.

SAIBA MAIS sobre quem somos em
crprsvote13 **paracrprsvote13**

EIXOS ESTRUTURANTES:

- Sistema Conselhos de Psicologia: por uma sociedade democrática, pluriversa e inclusiva.
- Descentralização da gestão e das ações do CRPRS.
- Exercício Profissional e Defesa da Profissão para o enfrentamento à precarização.
- Defesa e promoção dos Direitos Humanos, das interseccionalidades e marcadores sociais.
- Formação em Psicologia: defesa da presencialidade e da pluriversalidade epistemológica e de existências.
- Convivência plural: Psicologia e Estado Laico.
- Ecologias, emergências e desastres: integração da psicologia às políticas de cuidado na prevenção e na promoção da justiça climática.



Nós, somos a CHAPA 13 e nesta imagem, além de conhecer **nossa maior representação que é o coletivo**, você pode conhecer da esquerda para direita: Jocélia C. de Almeida (CRP 07/28766), Tauana C. Maragalhoni (CRP 07/19949), Edelvan J. Girardi (CRP 07/38639), Moisés J. M. Alves (CRP 07/29878), Luis Henrique S. Souza (CRP 07/31246), Maria Luiza Diello (CRP 07/8488), Nairana M. Melo (CRP 07/22465), Clareana R. S. Saragiotto (CRP 07/25233), Rafael A. Carneiro (CRP 07/29069), Mara L. O. Frometa (CRP 07/39634, apoiadora da chapa), Mayra M. Osório (CRP 07/25137), Marielle D. Munari (CRP 07/36128) e Leonardo L. Senna (CRP 07/30172). Não estão na imagem, mas compõem a chapa: Luciano L. Corrêa (CRP 07/27370), Gabriel A. Godoi (CRP 07/28161), Rejane N. Carvalho (CRP 07/33225), Micheline Paschke (CRP 07/33224), Romeu V. S. Goudochnikov (CRP 07/37321), Luana G. M. Sobrinho (CRP 07/28729), Marcelo N. Cardoso (CRP 07/34277), Monique M. M. Rosset (CRP 07/21061), Fernanda B. Figueiredo (CRP 07/12046), José R. M. Lopes Jr. (CRP 07/31387), Jairo M. Rodrigues (CRP 07/28082), Diego G. M. Gomes (CRP 07/21842), Silvana M. Borges (CRP 07/15263), Thadeu O. Lucca (CRP 07/36180), Cleni F. S. M. Pilz (CRP 07/29925), Paula H. S. Biazus (CRP 07/23535), Fernanda M. S. Winkelmann (CRP 07/24246) e Ricardo M. S. Lopes (CRP 07/33878).

Confluir psi

CHAPA 11

confluirpsirs

Votar na Chapa 11 - Confluir Psi RS é conjurar o compromisso ético com Psicologias diversas enquanto ciência e profissão.
Defendemos uma gestão participativa e descentralizada que pulse com os territórios, compondo práticas e existências em nome da proteção e da valorização profissional. Nossas Psicologias são vivas, plurais e precisam estar em constante composição.



Da esquerda para direita:

Ademiel de Sant'Anna
Simone Courel
Diogo Beck
Tatiana da Silva



Oliv Caldieraro
Tanaia Rodrigues
Gilberto Gerson
Cris Feijó
Priscila Kaingang



Elizângela Domingues
Cristian Colovini
Handressa Pinto
Valéria Gonzatti
Fernanda Landim



Daiana Schütz
Edna Cláudia Jorge
Ayanna Bueno
Juliana Antunes Souza
Luís Henrique Paloski



Daniela Kaingang
Helena De La Rosa
Tatiane Amaral
Sandrali Bueno
Ramoni Graff



Raquel Vilche
Ana Lima
Silvia Dayane Godinho
Maria Luisa Pereira

Vem com a gente, conheça nossas propostas!
Vote Chapa 11 – Confluir Psi RS.

Chapa 12 AVANÇAR

A psicologia RS



Precisamos avançar a Psicologia, imaginamos que isto seja um consenso entre todos e todas. Mas para isso, é necessários entendermos algumas questões referente à que caminho traçamos até aqui?; quais caminhos nos apresentam para avançarmos ?; como escolher qual caminhos seguir?; e porque escolher um caminho e não outro?

Acreditamos que estas sejam questões fundamentais para realmente podermos avançar a Psicologia e fazê-la retomar o rumo que havia quando surgiu e deve ser: uma ferramenta de transformação social, visando a que todos e todas, indistintamente, tenham acesso à saúde e qualidade de vida.



Somos uma chapa de psicólogas e psicólogos do RS, de diferentes trajetórias, cidades, e historia, mas com o mesmo desejo

ver a Psicologia ocupando o espaço que merece, com ética, coragem e compromisso social.

✕ Não somos chapa de gabinete.

Somos profissionais que conhecem a realidade da rede pública, dos consultórios, das escolas, dos CRAS, CAPS e comunidades. E estamos cansados de não sermos representados.

A gente sabe onde a Psicologia ainda não chega. E sabe a urgência em avançar!
Nossa campanha é simples, honesta, feita de encontros, conversas e vontade.

O NOVO NAO É O DE NOVO
AGORA É CHAPA 12 PARA AVANÇAR

Conheça nosso grupo de whatsapp: um espaço de escuta, afeto e construção coletiva entre Psis que caminham juntos pela valorização da Psicologia e por um CRPRS que nos acolha.

Siga no Instagram:
@avancar_a_psicologia_rs

CREPOP
Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas

O cuidado em liberdade na RAPS

Jordan Severo de Mello I CRP 07/38248
Assessor Técnico de Políticas Públicas

Jéssica Prudente I CRP 07/19326
Conselheira referência

Luis Henrique da Silva Souza I CRP 07/23496
Conselheiro referência



O Conselho Federal de Psicologia (CFP), por meio do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), promoveu a I Mostra de Práticas Profissionais da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), com o tema "A Psicologia na luta pelo cuidado em liberdade: ontem, hoje, sempre!". A atividade foi realizada pelo CREPOP do CRPRS nos dias 9 e 10/05/2025, na sede do Conselho, em Porto Alegre.

Para compor a Mostra, foram aceitas submissões de Relatos de Experiência no período de 31 de janeiro a 2 de maio de 2025. Os trabalhos, encaminhados por profissionais que atuam em serviços que integram a RAPS, foram avaliados por uma Comissão Julgadora com expertise na temática. Os relatos selecionados concorrerão, em setembro de 2025, a uma premiação em dinheiro no valor de R$ 2.000,00.

A iniciativa teve como objetivo destacar e compartilhar boas práticas desenvolvidas no território gaúcho, com ênfase em intervenções inovadoras e de impacto em seus contextos de atuação. Os relatos selecionados serão publicados nos anais do evento pelo CFP. Entre os temas abordados nos trabalhos destacam-se: a violação de direitos da criança e de adolescentes; a atuação de psicólogas/os negras/os em um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas (CAPS AD); experiências com "crianças ouvidoras de vozes" e práticas de acompanhamento terapêutico na RAPS.

Além da submissão de relatos por profissionais da rede, a Mostra também incentivou a participação de usuárias/os dos serviços de saúde mental, que puderam inscrever manifestações artísticas. As expressões artísticas foram avaliadas por uma comissão designada pelo próprio CFP e as selecionadas concorrerão a prêmios entre R$ 500,00 e R$ 1.500,00.

A programação contou, ainda, com a realização de oficinas sobre Políticas de Drogas no Brasil e o papel da RAPS nas ecologias, emergências e desastres. Também foram realizadas mesas com a temática Políticas sobre Drogas e Tecnologias de Cuidado, com abordagens interseccionais que consideram raça, gênero, orientação sexual, classe e deficiência.

Reflexões

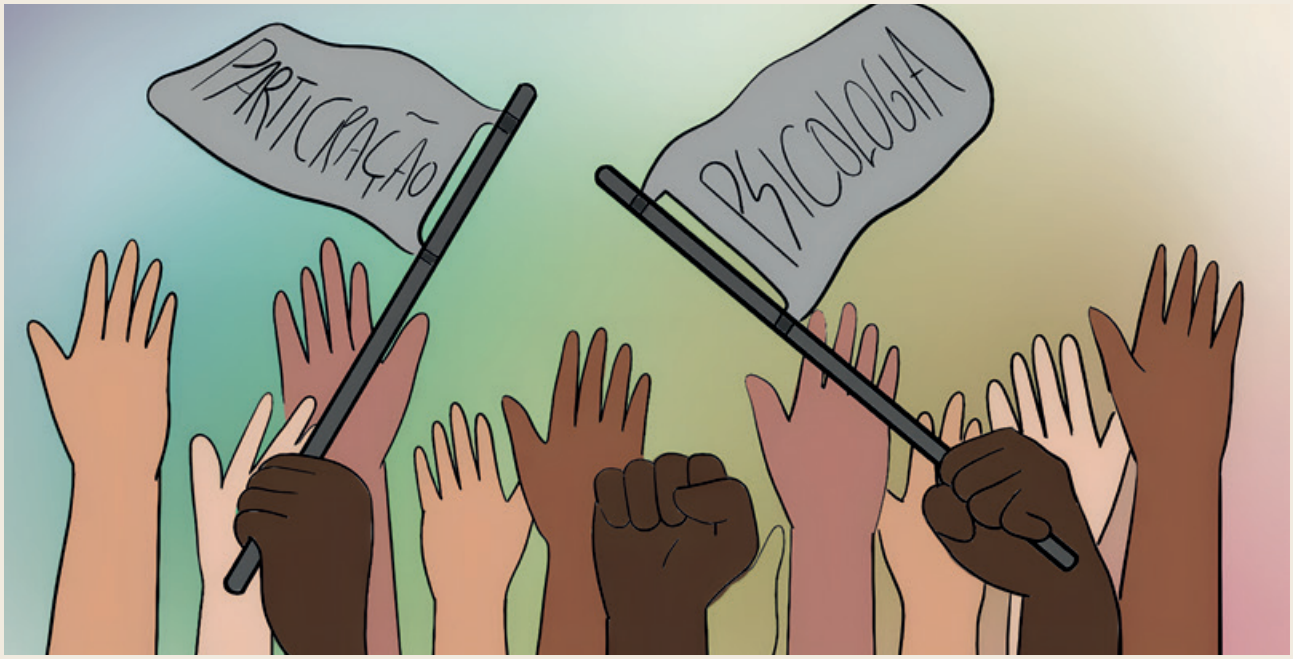
Com voz mas sem voto: os ecos da participação estudantil no 12º Congresso Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul

Delegadas/os/es estudantes presentes no 12º COREPSI:

Adriana Ribeiro Bianchi Pereira
Alexandre Costa
Amanda Elisa Carelli
André Weber de Vargas
Andressa Jacobs Dri
Anna Júllia Silveira Schafer
Cecília da Silva Freitas
Jodéli Fabiana Dreissig
José Daniel Leismann
Keli Zatta
Laura Batista de Cas
Maria de Fátima Rosa da Silva
Natalie Kimberly Patricio da Roza
Pablo Corso
SaraLiz Fontoura Malfatti
Vanessa Moura Saldanha
Zaine Bento de Freitas

Ser estudante de Psicologia é assumir, permanentemente, a ética da escuta, da dúvida, da crítica e da transformação. Não corresponde a um período passageiro: é uma condição que atravessa toda a nossa trajetória. Enquanto estudantes, participamos e construímos espaços coletivos de aprendizado e, mesmo após a formação, seguimos aprendizes, em um tempo kairós e contracolonial de início-meio-início, resistindo na posição de estudante.

O 12º Congresso Regional da Psicologia do Rio Grande do Sul (COREPSI), realizado em março de 2025, explicitou a importância da participação estudantil nos rumos das deliberações futuras para o Sistema Conselhos de Psicologia e a profissão. Ao reivindicarmos o direito ao voto no Congresso Nacional de Psicologia (CNP), afirmamos que nossa presença não pode ser apenas simbólica ou protocolar: “Com voz, mas sem voto: onde está a pluriversalidade no encontro da Psicologia e democracia?”. Esse foi o título da nossa moção, o qual foi lido diante dos participantes do 12º COREPSI do RS. Neste, firmamos uma posição: ser



estudante. Ato contínuo em nossa práxis Psi. Nossa voz e o espaço que ocupamos são indispensáveis para que a Psicologia não se afaste de seu compromisso ético com a democracia e a justiça social.

Historicamente, a formação e a prática da Psicologia no Brasil foram moldadas por paradigmas hegemônicos que marginalizaram e silenciaram corpos, saberes e territórios. Com a democratização do acesso ao ensino superior, advinda da luta do Movimento Negro, pessoas negras, indígenas, quilombolas, LGBTQIAPN+ e pessoas com deficiência passaram a ocupar, com resistência e potência, a graduação em Psicologia e os espaços políticos deliberativos da profissão.

A luta pelo direito ao voto estudantil é herança dos movimentos estudantis, em especial do 11º CNP. Nessa esteira, busca-se defender a participação dos estudantes como crucial e indispensável no CNP, evento que discute questões pertinentes às ações do Sistema Conselhos para as próximas gestões. Assim, tratando-se da construção de futuros, é do fruto do contemporâneo que é possível contar outras histórias. A exclusão da possibilidade de voto perpetua uma lógica hierárquica que nega o princípio da pluralidade epistêmica e reforça estruturas de exclusão. Votar no CNP é mais do que um direito formal: é afirmar que estudantes têm saberes e perspectivas importantes para participar dos debates e coletivamente definir as diretrizes da profissão. Desse modo, é construir caminhos para uma Psicologia mais plural, inclusiva e socialmente comprometida.

O CNP, como instância máxima de deliberação do Sistema Conselhos, precisa ser um espaço efetivamente democrático, onde estudantes possam participar enquanto ouvintes, debatedores e como sujeitos ativos na formulação e decisão das políticas da Psicologia. Participar do COREPSI e do CNP com direito ao voto é afirmar que a construção das futuras Psicologias sejam pautadas pela crítica e pela pluralidade, passando pela inclusão e pelo reconhecimento de todas as vozes que as compõem.

Ser estudante é manter viva a inquietação necessária para que as Psicologias não se acomodem diante das injustiças. É reconhecer que a prática ética exige constante abertura para a escuta e as transformações e, a partir dela, enfrentar as estruturas que produzem e mantêm desigualdades. É, também, afirmar que seguimos estudantes mesmo após o diploma, pois a Psicologia, em sua essência, é movimento e transformação. Ao reivindicarmos o direito ao voto e a ampliação da participação nos espaços deliberativos da profissão, estamos reafirmando que a Psicologia que buscamos transversalizar é construída com diálogo, diversidade e compromisso sócio-ético-político. Nossa presença ativa no COREPSI é a expressão concreta de que a transformação começa agora, com cada voz que se levanta. Nossa presença é um ato de resistência, de produção de futuro e de afirmação política de que ser estudante é, e sempre será, um ato revolucionário.

Universidade e CRPRS contribuindo na construção de uma identidade para a Psicologia *na e com* a escola

Fabíola Giacomini | CRP 07/09687

Doutora e mestre em Educação (UPF). Coordena o Curso de Psicologia na Anhanguera Passo Fundo. É integrante da Comissão de Educação do CRPRS.

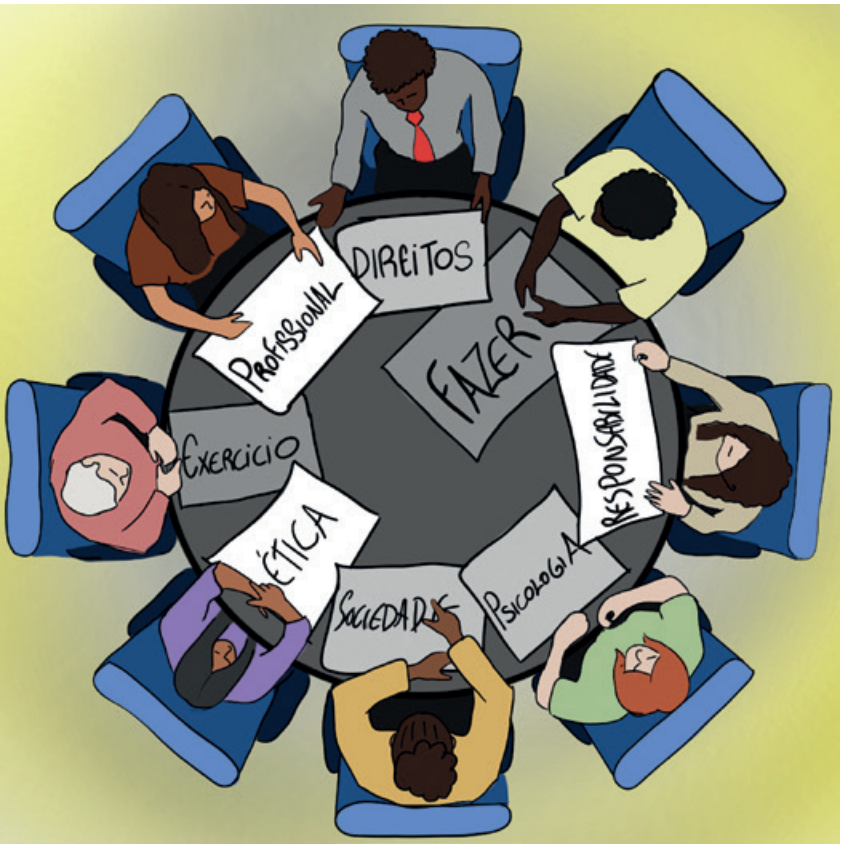
"Intersubjetividade e dimensão formativa da intervenção psicanalítica na escola" é o título da pesquisa de doutorado da qual sou autora, cujo tema emerge do meu exercício profissional como psicóloga efetiva, com atuação dentro da escola pública ao longo de 18 anos. Foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo, na linha de Fundamentos da Educação, tendo como orientador o Prof. Dr. Angelo Vitório Cenci e coorientador o Prof. Dr. Francisco Carlos dos Santos Filho.

Apresentando a pesquisa, desejo narrar como ela contribui com a Comissão de Educação (CEduc) do CRPRS, da qual participo como colaboradora desde junho de 2020, e, de forma recíproca, como os debates da Comissão foram importantes para qualificá-la.

A tese se debruça sobre o trabalho da Psicologia na escola pública a partir da psicanálise, reconhecendo sua complexidade e seu caráter interdisciplinar. Este tema ganhou relevância com a promulgação da Lei 13.935/2019, que garante que as redes públicas de educação possam contar com psicóloga/o e assistente social em seus quadros, o que intensificou o debate sobre nosso fazer na escola.

É nesse contexto que a CEduc teve origem, ordenando-se com uma dupla função: ético-política e técnica. O debate ético-político se dirige à criação de estratégias que visem ao avanço na implementação da lei, dando efetividade à incorporação dos psicólogos às redes de educação. Minha participação mais ativa, como pesquisadora na área, permeada pela experiência como psicóloga *na e com* a escola, se dá principalmente no aspecto técnico, cuja posição é contribuir com a questão: o que fazer no lugar de psicóloga/o dentro da escola?

Minha pergunta de tese é: *como a Psicologia, que vem se somar à educação e à escola, pode, a partir da psicanálise e da noção de intersubjetividade, contribuir para processos não individualizantes, não objetificadores e não patologizantes, mas sim voltados à subjetivação e à emancipação dos sujeitos, por efeito de sua intervenção?*



Nos trabalhos da CEduc discutimos com franqueza os riscos de a Psicologia chegar à escola com uma posição colonizadora, na medida em que as expectativas com nossa chegada sugerem um *furor curandis*, a considerar pelas tensões do contexto em que a Lei foi promulgada – por pressão popular, como uma saída para o traumático Massacre de Suzano. Uma tentativa de saída ativa para uma situação passivizante, sem, contudo, uma profunda discussão com as bases, que fizesse a costura entre esses dois campos de trabalho que precisam se encontrar para bem trabalharem juntos.

Estudamos os documentos já produzidos pelo Sistema Conselhos, buscando compreender as posições e as justificativas, bem como em quais direções precisamos avançar para ofertar à categoria não apenas orientações sobre o que não se faz na escola (a saber: psicoterapia e psicodiagnóstico), mas efetivamente quais as intervenções são possíveis e baseadas em quais fundamentos. Conceituar com precisão nossas posições passou a ser condição do trabalho, dando a diretriz de nossas escolhas.

Na CEduc, compreendemos ser a subjetividade o objeto e objetivo que funda a ação possível da Psicologia na escola. Reconhecemos que, em alguns documentos orientativos do nosso próprio órgão de classe sobre o fazer na escola, há um uso indiscriminado dos termos "indivíduo" e "sujeito" – diferença fundante para a Psicologia crítica contemporânea –, bem como a necessidade de problematizar a ausência da expressão "subjetividade" nesses materiais. A CEduc construiu nesse tempo diversas publicações (capítulo de livro, minuta, diretriz externa, cartilha), atividades e eventos.

Na tese, defendo que preservar o lugar de diferença e de alteridade de cada um dos partícipes do trabalho na escola – fazendo reconhecer o protagonismo do professor e das equipes no trabalho conjunto com a Psicologia – conduz ao reconhecimento do valor da modalidade de intervenção intersubjetivante, em lugar da patologização apressada das dificuldades na escola. Sustentamos ser este um bom encaminhamento das situações escolares que clamam por ajuda.

A corresponsabilização, efeito desta intervenção, é a via para a restituição simbólica do valor do professor e de seu saber, tão depreciado nos tempos atuais, e tem uma importante dimensão formativa. A sua base é o reconhecimento de que o trabalho possível na escola, que preserve as subjetividades, é fruto do encontro intersubjetivo e interdisciplinar.

Buscar dar suporte à coerência do trabalho da Psicologia *na e com* a escola e construir uma identidade ao nosso campo, sem dúvida é a contribuição tanto da tese quanto do trabalho que desenvolvemos na CEduc.

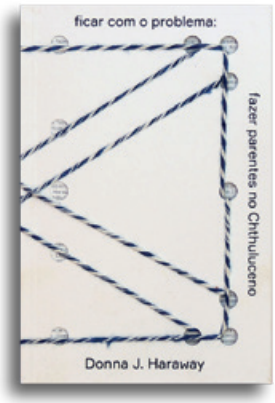
Acesse a tese de doutorado:
http://tede.upf.br:8080/jspui/handle/tede/2811

Acesse a dissertação de mestrado:
https://tede.upf.br/jspui/handle/tede/1494

Artigo "Avaliação psicológica da criança em tempos de neurocultura e neoliberalismo: sua repercussão na escola" disponível em
https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/15461

Dicas culturais

Ficar com o problema: fazer mundo em tempo de colapso



Maria Luiza Diello | CRP 07/08488

"Ficar com o problema: fazer parentes no chthuluceno", de Donna J. Haraway, é um convite à recusa do conforto e da comodidade frente às crises contemporâneas; é uma clareira aberta para outros modos de pensar, sentir e viver, em meio ao devastador mundo em que vivemos. Ao invés de buscar saídas redentoras ou promessas messiânicas de um "futuro melhor", que reafirmam as velhas capturas e os velhos padrões de dominação, Donna Haraway, conhecida por suas proposições híbridas entre ciência, feminismo e ficção especulativa, propõe algo mais poroso, rizomático e desconcertante: permanecer com os problemas, habitá-los, partilhar suas dores, suas ardências e contradições, inventando formas de vida divergentes e possíveis, dentro e apesar deles; fazendo um chamado a viver e pensar nas ruínas do antropoceno, tecendo alianças improváveis e redes de cuidado entre espécies, saberes e temporalidades diversas, com responsabilidade, cuidado e imaginação.

Haraway não se refere a um único problema, e sim a uma rede densa de questões interligadas, tais como: devastação ecológica, capitalismo tardio, colonialismo persistente, racismo ambiental, destruição das espécies, precarização da vida e extrativismos os mais variados. Assim, *ficar com o problema*, passa por habitar as tensões, inventar alianças multiespécies e compromissos coletivos com a sustentação da vida e não com a velha lógica que busca sua dominação.

Ao propor "fazer parentes", o faz numa perspectiva que ultrapassa a biologia e sugere uma ética relacional que rompe e desestabiliza com os dualismos entre humano e não humano, natureza e cultura, sujeito e objeto, e que reafirma que somos compostos por múltiplas linhagens e interdependências, convidando-nos a promover nossas responsabilidades multiespécies e nossos compromissos coletivos com a invenção de alianças multiespécies, e cultivar composições possíveis, ainda que incertas, entre seres diversos, sejam, vírus, humanos, bactérias, florestas, máquinas, animais e ficções.

Tecendo teoria, ciência e narrativas de ficção com uma escrita densa, provocadora e amplamente ética, Haraway apresenta as "criaturas de ficção científica" como ferramentas de produção de pensamento (os "chthulucenos", "os compostistas", os "seres tentaculares"). Sem escapar da realidade, ela nos convida a ampliá-la, pensando com o impossível, não para negar o real, mas para transformá-lo. Aqui, imaginar é um ato político.

Nesse livro, em vez de buscar saídas lineares ou redentoras, Haraway faz um chamado à compostagem das certezas, nos convocando a nos enredar com outros (de qualquer tipo ou espécie), a "fazer parcerias com o perigo" e a contar histórias que nos ajudem a viver com as perdas, as continuidades e as reinvenções. Trata-se de fazer parentes em um mundo em que a filiação não é só biológica, mas ética e ontológica.

Ficar com o problema é um exercício de desaprendizagem, descolonização do pensamento e abertura ao múltiplo. Uma leitura para quem se dispõe a pensar com o mundo, e não apenas sobre ele. Para quem está disposto a embaralhar categorias, a misturar ciências e mitologias e a construir, a muitos corpos, outros futuros possíveis. *Ficar com o problema*, nessa perspectiva, é um ato de resistência e de cuidado e nos lembra que não há salvação individual – aliás, não há salvação – apenas o compromisso coletivo de viver e morrer bem, juntos, humanos e mais-que-humanos. Convido-lhes a ler, a ficar e a compostar.

Ainda Estou Aqui

Paola Vargas Barbosa | CRP 07/25027

O filme Ainda Estou Aqui, dirigido por Walter Salles e lançado em 2024, criou grandes movimentações no mundo cinematográfico brasileiro e mundial. Foi reconhecido por inúmeros prêmios, como o Oscar de melhor filme internacional ou o Globo de Ouro para melhor atriz em drama pela atuação de Fernanda Torres – para citar apenas alguns. O filme chamou a atenção pelas brilhantes atuações de Fernanda Torres (no papel de Eunice Paiva), Selton Mello (como Rubens Paiva) e pela participação silenciosa e impecável de Fernanda Montenegro – como Eunice idosa. Baseado no livro homônimo de Marcelo Rubens Paiva, o longa conta a história de Rubens Paiva, ex-deputado, cassado após o golpe militar de 1964 no Brasil. Rubens é levado para interrogatório pelo regime militar e desaparece. O filme retrata a vida da família – a esposa Eunice e seus cinco filhos – antes e depois do desaparecimento. Especialmente, descreve a luta de Eunice Paiva pela sobrevivência da família, por sua própria reconstrução como advogada militante da causa indígena e sua luta pelo reconhecimento da morte e tortura do marido durante a ditadura militar no Brasil.

Mais do que a história dessa família, suas perdas e superações, o filme retrata a vida no Brasil durante a ditadura, relembrando – ou ensinando às novas gerações – os impactos da falta de direitos civis, da censura, da falta de liberdade causados pelo regime militar. Chama atenção na história, a demonstração de como a ditadura atingiu a todos. Mesmo as famílias brancas, privilegiadas da Zona Sul carioca, como era a de Rubens Paiva, sem envolvimento nítido com a "temida" revolução comunista. Também retrata como o terror da tortura atinge as famílias com o sofrimento do desaparecimento e apagamento das vítimas da ditadura. Um trabalho admirável de Walter



Salles que utiliza de uma fotografia impecável e estratégias para diferenciar a história antes e depois do desaparecimento do Rubens Paiva, como alterações no ritmo e luminosidade das cenas.

O diretor também nos insere numa história dura sobre o país e sobre a família Paiva sem uma única cena de violência explícita. O trabalho de Fernanda Torres nos apresenta/reapresenta uma Eunice contida em sua própria dor. Vivenciamos em conjunto seu sofrimento e sua luta. *Ainda estou aqui* é um trabalho belíssimo e necessário, não apenas para valorização do cinema nacional no Brasil e no mundo, mas especialmente para recordar a todos o alto preço de intervenções ditatoriais que seguem rondando nosso país.

Orientação técnica

Novas Diretrizes do CRPRS para Avaliação Psicológica na Educação Básica

Flávia Cardozo de Mattos | CRP 07/15863
Coordenadora Técnico-Política

Larissa Goya Pierry | CRP 07/25248
Psicóloga Fiscal

Silvana Maia Borges | CRP 07/15263
Conselheira Presidenta da Comissão de Educação



Publicada em março de 2025, a nova Diretriz Externa para a Prática Profissional **(DEPP nº 01/2025)** dispõe sobre a especificidade da prática da Psicologia, em especial da Avaliação Psicológica, nos contextos das redes públicas e privadas de Educação Básica, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul. A normativa complementa as Diretrizes Externas publicadas em 2019 e 2022 acerca da atuação profissional da categoria na área de especialidade denominada Psicologia Escolar e Educacional. Diferentemente de outras políticas públicas, como Saúde e Assistência Social, nas quais a atuação da Psicologia possui maior reconhecimento e consolidação, a presença da categoria na educação ainda é recente (ainda que essa seja uma das áreas mais antigas da

Psicologia brasileira), sendo que estamos no período de implementação da **Lei Federal nº 13.935/2019**, que prevê a presença de psicólogas/os e assistentes sociais nas redes públicas de educação básica.

Neste sentido, salienta-se a importância da/o profissional da Psicologia neste contexto, para compreender, escutar e intervir nos processos educativos, principalmente de ensino-aprendizagem, que envolvem toda a comunidade escolar. Da mesma forma, torna-se imprescindível a elaboração de orientações que subsidiem as/os profissionais nesta atuação, por parte do Sistema Conselhos. Cabe ressaltar que o Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul conta com a Comissão de Educação (CEduc), composta por quatro núcleos (Região Metropolitana, Serra, Centro-oeste e Sul), instâncias ativas no processo de implementação de serviços de Psicologia nas redes de educação.

De acordo com a **Resolução CFP nº 31/2022**, que estabelece diretrizes para a realização da avaliação psicológica no exercício profissional das/os psicólogas/os e regulamenta o **SATEPSI**, esta prática é conceituada da seguinte forma: "A Avaliação Psicológica é um processo estruturado de investigação de fenômenos psicológicos, composto de métodos, técnicas e instrumentos, com o objetivo de prover informações à tomada de decisão, no âmbito individual, grupal ou institucional, com base em demandas, condições e finalidades específicas." A resolução ainda demarca a autonomia de cada profissional na decisão por quais métodos, práticas e instrumentos utilizar para realizar este processo, contanto que estejam devidamente fundamentados na ciência psicológica vigente.

Em consonância, a DEPP nº 01/2025 foi elaborada para abordar a especificidade da avaliação psicológica no âmbito escolar e educacional. Prática privativa da Psicologia, a avaliação psicológica nesse contexto, pretende auxiliar a escola, a partir de uma demanda emergente, na compreensão da sua realidade, relações e funcionamento, uma vez que envolve os diferentes atores institucionais, como pais e responsáveis legais, estudantes, equipe diretiva, pedagógica, docentes, comunidade etc. Da mesma forma, a avaliação psicológica nesta área busca a resolução de desafios, efetivação de ações preventivas e produção de orientações, podendo ocorrer, inclusive, o diálogo com a rede de apoio, sempre que houver necessidade, focando na análise integral da instituição escolar em sua complexidade e priorizando uma construção multiprofissional.

Neste sentido, a avaliação psicológica no contexto escolar e educacional não objetiva chegar a diagnósticos nosológicos ou à produção de laudos. Diferentemente da perspectiva psicodiagnóstica, intenta-se assegurar que a prática psicológica propicie a compreensão do processo de escolarização, de modo integral e não-patologizante. Esse processo pode ter início a partir de uma demanda levantada por parte de algum dos atores escolares à/ao psicóloga/o, que, durante a escuta, já poderá realizar intervenções, levando em consideração o contato com diferentes partes envolvidas.

Ressalta-se ainda que caso haja a produção de documentos psicológicos, estes deverão estar de acordo com a **Resolução CFP nº 06/2019**, que estabelece normas para a produção de documentos decorrentes do exercício profissional. No contexto de atuação nas políticas públicas, incluindo a Educação, é comum que a atuação profissional se dê de modo multiprofissional. Neste caso, a Resolução prevê o documento "Relatório Multiprofissional" (art. 12), que pode ser redigido em conjunto com outras áreas profissionais - apenas se recomenda que o item "Análise" seja escrito separadamente, respeitando as especificidades de cada área. Por fim, ao contexto escolar e educacional também se aplica a obrigatoriedade de registro documental prevista na **Resolução CFP nº 001/2009**, sendo esse registro adaptado à natureza e ao enquadramento dos serviços prestados.

Caso tenha dúvida sobre esse ou outros assuntos, busque orientação técnica com as/os psicólogas/os fiscais do CRPRS. Confira todas as formas de contato em **crprs.org.br/contatos**.

Transparência

A Frente em Defesa da Psicologia RS (2022-2025) encerra sua gestão no CRPRS em setembro de 2025. Ao longo desses três anos, suas ações foram organizadas conforme os seguintes eixos estruturantes: Relações Étnico-Raciais; Direitos Humanos; Formação; Exercício Profissional; Descentralização; e Governança e Gestão da Autarquia.

Relembre algumas das ações desta gestão:

Atuação frente às catástrofes climáticas no Rio Grande do Sul em setembro de 2023 e maio de 2024 com a produção de conteúdos de orientação à categoria; realização de Rodas de Orientação on-line e territorializadas com a participação de mais de 600 psicólogas/os voluntárias/os; organização de webinários sobre a atuação da Psicologia em Emergências e Desastres, visualizados por mais de 24 mil pessoas no canal do CRPRS no YouTube; assessoria de imprensa contribuindo com informações sobre a atuação da Psicologia no RS neste contexto.

Psicologia na e com a Educação: participação em audiências públicas, reuniões com gestoras/es e eventos de orientação, enfocando a implementação da Lei nº 13.935/2019 e a atuação em Psicologia Escolar e Educacional.

Gira Poética: eventos com o objetivo de orientar a categoria e a sociedade sobre as intersecções de raça e etnia que transversalizam a existência humana.

Compromisso com povos indígenas: mobilizações como o evento "Marco Temporal Não: Nunca mais um Brasil e uma Psicologia sem nós" em julho de 2023.

Campanha pelo Mês das Psicologias "**Aprender com a Pluralidade de Vivências Potencializa nossa Existência**".

Gira Psi: eventos descentralizados realizados em 2023 e 2024, com oferta de ações de orientação, pautas técnicas e transversais, fiscalização e confecção da nova Carteira de Identidade Profissional (CIP).

Germinário dos Conselhos Regionais de Psicologia da Região Sul – Cumé que a gente fica? Suleando os Conselhos de Psicologia: realizado em dezembro de 2023.

Criação do **GT Canábico** e ampliação das discussões sobre maconha e psicodélicos.

Mapeamento Psi: com o objetivo de promover a atualização cadastral de todas/os profissionais com registro ativo no CRPRS e entender como se constitui a categoria de psicólogas/os no estado, a fim de propor ações voltadas para a categoria.

Campanha "**Estudar Psicologia é estudar...**": disponível em crprs.orgr.br/estudarpsicologia.

Campanha "**Conscientização e enfrentamento às violências no contexto laboral**": disponível em **crprs.org.br/violenciasnotrabalho**.

Lançamento da **nova Carteira de Identidade Profissional**.

Memória CRPRS: um projeto que teve início com as comemorações dos 50 anos do CRPRS e que deve perdurar e se tornar permanente.

Realização do evento "**Mulheres Quilombolas e a Pluralidade de Existências**" em agosto de 2024.

Inauguração do **Plenário Virgínia Bicudo** em novembro de 2024.

Projeto de **Orientação Técnica e Visita a Equipamentos Públicos** realizado pelo RS em 2025.

II Encontro Gaúcho da Psicologia (EGP) e o **I Congresso de Ecologias, Emergências e Desastres** em agosto de 2025.

Agenda da Psicologia

Núcleo de fortalecimento da EPPM: para psicólogos e estudantes de psicologia que buscam fortalecer o início da carreira

De julho a dezembro de 2025
On-line
eppm.com.br/minicursos
(44) 99173-2341
eppmsecretariaacademica@gmail.com

X Congresso Latino-Americano de Psicologia

De 31/07 a 02/08/2025
São Paulo/SP
ulapsi.org/web/congreso2025

Especialização em Terapias Comportamentais Contextuais Baseadas em Processos

De agosto de 2025 a agosto de 2027
Porto Alegre/RS
cefipoa.com.br
(51) 99420-7008
atendimento@cefipoa.com.br

A dimensão vitalizadora da função analítica

06, 13, 20, 27/08 a 03/09/2025
On-line
eppm.com.br/minicursos
(44) 99173-2341
eppmsecretariaacademica@gmail.com

5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres - 5ª CNPM

De 29/09 a 01/10/2025
Brasília/DF
brasilparticipativo.presidencia.gov.br/processes/CNPM5

Ateliê Clínico com Marion Minerbo

02, 09, 16 e 30/10/ 2025
On-line
eppm.com.br/minicursos
(44) 99173-2341
eppmsecretariaacademica@gmail.com

4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+

De 21 a 25/10/2025
Brasília/DF
conflgbtqia.org

7º Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão

De 19 a 22 de novembro de 2025
Brasília/DF
7cbp.cbpsi.org.br



II Encontro Gaúcho da Psicologia e I Congresso de Ecologias, Emergências e Desastres

De 04/08/2025 a 08/08/2025
Local: Teatro do CIEE - Rua Dom Pedro II, 861 - Porto Alegre/RS
Mais informações em crprs.org.br/encontrogaucho

II ENCONTRO GAÚCHO DA PSICOLOGIA

50 anos do CRPRS e a pluriversidade de existências

I Congresso de Ecologias, Emergências e Desastres

4 a 8 de agosto 2025

Teatro CIEE • Porto Alegre

Programação, inscrições e novidades em:

crprs.org.br/encontrogaucho

Acesse para mais informações:

CRPRS
Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

- ☐ MUDOU-SE
- ☐ DESCONHECIDO
- ☐ RECUSADO
- ☐ FALECIDO
- ☐ AUSENTE
- ☐ NÃO PROCURADO
- ☐ END. INSUFICIENTE
- ☐ CEP
- ☐ NÃO EXISTE O Nº INDICADO
- ☐ INFORMAÇÃO ESCRITA PELO PORTEIRO OU SÍNDICO

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM ____/____/____

____/____/____ _____
RESPONSÁVEL

Endereço para devolução: Agência Auxiliadora – CEP 90450-970